



LEI MUNICIPAL N.º 2.380/2011

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.”

O Prefeito Municipal de CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS, com a competência que lhe é atribuída pela Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte Lei.

Disposições Preliminares

Art.1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2012, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para elaboração da Lei Orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI – definição de critérios para início de novos projetos;
- XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XIII – incentivo à participação popular;
- XIV – as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2012, correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2010-2013, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2012 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - O projeto de Lei Orçamentária para 2012 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º - O projeto de Lei Orçamentária para 2012 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.



Seção II
Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual
Subseção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2010-2013

Art. 4º - O(s) orçamento(s) fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminará a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º - O(s) orçamento(s) fiscal, da seguridade social e de investimentos compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º - O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I – texto da Lei;
- II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;
- III – quadros orçamentários consolidados;
- IV – anexo(s) do(s) orçamento(s) fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V – demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;
- VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único - Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

- I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição da República e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao art. 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 53/2006;
- IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;
- V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.



Art. 7º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de Lei Orçamentária de 2012, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2011, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único - O projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º - O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único - As entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão a Secretaria de Fazenda, do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no *caput*, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º - O Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta encaminharão ao Departamento de Contabilidade, do Poder Executivo, até 30 de Julho de 2011 suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 10 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11 - A Lei Orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição da República.

§ 1º - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º - Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 12 - O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, será apresentado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único - O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:



- I – gerados pela empresa;
- II – oriundos de transferências do Município;
- III – oriundos de operações de crédito internas e externas;
- IV – de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Subseção III

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13 - A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º - Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º - O Município, através de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 14 - Na Lei Orçamentária para o exercício de 2012, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15 - A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16 - A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção IV

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17 - A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2012, destinada atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 18 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer



vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2012, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição da República.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 19 - Se durante o exercício de 2012, a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único A autorização para a realização de serviço extraordinário, para atender as situações previstas no *caput* deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 20 - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2012, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 21 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;



III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por Lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 22 - O projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23 - Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subseqüentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2011.

§ 2º - No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no *caput*, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 24 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária do exercício de 2012, serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 25 - Os projetos de Lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2012, deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2012 e 2013, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de Lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.



Art. 26 - As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

- a) a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;
- b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c) chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

- a) utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b) revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 27 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2012, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º - Excluem-se da limitação prevista no *caput* deste artigo:

- I – as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – as despesas com benefícios previdenciários;
- III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – as despesas com PASEP;
- V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º - O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 3º - Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 28 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.



§ 1º - A Lei Orçamentária de 2012 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§ 2º - Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º - O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

§ 4º - Na proposta orçamentária para o exercício de 2012, deverá o Poder Executivo atender o disposto no art. 1º da Resolução nº 39, de 09 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 30 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as entidades declaradas por lei de utilidade pública e autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas:

I - as entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II - as entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada.

§ 1º - A Lei que conceder subvenções deverá indicar o número e a data da Lei que declarou de utilidade pública a entidade beneficiada.

§ 2º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada, sem fins lucrativos, deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2012, por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 3º - O projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2012 conterá dispositivo garantindo que durante a sua execução o Poder Executivo dará prioridade na implementação das programações criadas pela Lei Municipal nº 1.785/2006, de 14 de junho de 2006; Lei Municipal nº 1.786/2006, de 14 de junho de 2006, alterada Lei Municipal nº 1.860/2006, de 15 de dezembro de 2006 e pela Lei Municipal nº 2.158/2009, de 30 de julho de 2009; Lei Municipal nº 1.934/2007, de 17 de julho de 2007 e Lei Municipal nº 1.938/2007, de 27 de julho de 2007; Lei Municipal nº 2.016/2008, de 15 de maio de 2008 e Lei Complementar nº 2.026/2008, de 03 de julho de 2008; Lei Municipal nº 2.204-A/2009, de 22 de dezembro de 2009. Para outras entidades que vierem a fazer jus ao recebimento das subvenções sociais, preenchendo os requisitos necessários, o Poder Executivo encaminhará projeto de Lei específico, relacionando os nomes das entidades beneficiadas e os valores das subvenções que lhes serão concedidas no exercício.

Art. 31 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;



II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas **de fins lucrativos**, ressalvadas as instituídas por Lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 33 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34 - As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35 - As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ 1º - Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º - É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º - Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 36 - É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na Lei específica.

Parágrafo único - As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 37 - A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na Lei Orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único - O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição da República.



Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 38 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único - A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 39 - O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2012, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Para atender ao *caput* deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Departamento de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2012, os seguintes demonstrativos:

I - as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II - a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III - o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º - O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2012;

§ 3º - A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 40 - Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2012, e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2010-2013 e com as normas desta Lei;

II - as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;



III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único - Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2012, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2011.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 41 - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 42 - O projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2012, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único - O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 43 - Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2012, mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 44 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2012 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3º, desta Lei.

§ 1º - As categorias de programação, aprovadas na Lei Orçamentária de 2012, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.



§ 2º - As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 45 - O Poder Executivo e Legislativo, poderá, no exercício de 2012, abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30%(Trinta por Cento) dos valores da despesa fixada na respectiva Lei Orçamentária, nos termos do art.43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 46 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 47 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 48 - Se o projeto de Lei Orçamentária de 2012 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2011 a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – benefícios previdenciários;
- III – amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – PIS-PASEP;
- V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município;
- VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º - As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de Lei Orçamentária de 2012, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

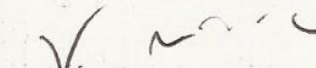
§ 2º - Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de Lei Orçamentária de 2012, para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 49 - Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- II – Anexo de Metas Fiscais;
- III – Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 50 - Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas, MG., 15 de julho de 2011.


JOSÉ RENATO DE SOUSA
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EXERCÍCIO – 2012

Legislativo:

- 1- Reforma e melhoramento no prédio onde funciona a Câmara.
- 2- Equipamentos e material permanente para a Câmara.
- 3- Manutenção e desenvolvimento da atividade da Câmara Municipal.

Executivo:

Gabinete do Executivo

- 1- Aquisição de veículos para o gabinete.
- 2- Pesquisar elementos necessários às informações solicitadas ao executivo.
- 3- Coordenação dos serviços de protocolo geral.
- 4- Encargos de Recepções, Promoções e Hospedagem.
- 5- Modernizar e acompanhar as atividades do gabinete.
- 6- Prestar informações necessárias em publicações de atos oficiais.
- 7- Aquisição de bens moveis e equipamentos para o gabinete.

Procuradoria Geral:

- 1- Modernização e acompanhamentos nos procedimentos na cobrança da dívida amigável e judicial da dívida ativa do Município.
- 2- Aquisições de bens moveis para a procuradoria.
- 3- Promover as desapropriações amigáveis ou judiciais.
- 4- Coordenação de processos administrativos.
- 5- Manutenção e desenvolvimento das atividades da procuradoria.
- 6- Dotar a procuradoria de todos os meios e requisitos para uma melhor assessoria.

Subsecretaria de Políticas Estratégicas e Governabilidade

- 1- Aquisições de bens móveis para a manutenção da subsecretaria.
- 2- Acompanhamento do desempenho da administração municipal.
- 3- Coordenação e integração política das ações do Município.
- 4- Proposição de medidas de melhoramentos na gestão municipal.
- 5- Manutenção das atividades geral da subsecretarias.

Ouvidoria

- 1- Aquisição de móveis para a manutenção da ouvidoria.
- 2- Intermediar o contato entre a sociedade e a administração municipal.
- 3- Receber, examinar e encaminhamento de reclamações, elogios, denúncias e sugestões, referente a procedimentos ações de servidores, agentes políticos e órgãos do poder Executivo Municipal.
- 4- Manutenção das atividades geral da ouvidoria.
- 5- Organizar e interpretar o conjunto de manifestações recebidas e produzir indicativos quantificados do nível de satisfação dos usuários do serviço publico.

Controle Interno

- 1- Aquisição de móveis e outros equipamentos, para a manutenção do controle interno.
- 2- Assessoria e executar as atividades de controle municipal, na realização de auditorias no âmbito da administração municipal.



3- Manutenção das atividades de funcionamento do controle interno.

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoal.

- 1- Aquisição de móveis e outros equipamentos para a manutenção da secretaria.
- 2- Manutenção das atividades de funcionamento da secretaria.
- 3- Manutenção de desenvolvimento das atividades do departamento de aquisições e contratações de serviços bem como aquisição de equipamentos e material permanente.
- 4- Manutenção e desenvolvimento das atividades do departamento de gestão de pessoal.
- 5- Manutenção e desenvolvimento das atividades de funcionamento do departamento e de finanças.
- 6- Manutenção e desenvolvimento e de apoio a comissão permanente de licitações.
- 7- Providenciar as informações inerentes aos servidores.
- 8- Acompanhar o desenvolvimento dos programas nos diferentes setores da área de pessoal.
- 9- Processar a folha de pagamento, exercer atividades de recrutamento, seleção, treinamento, registros e controles funcionais e as demais atividades relativas a pessoal.
- 10- Promover a inspeção de saúde dos servidores municipais e outros fins legais; exercer as atividades referentes à Administração Orçamentária.
- 11- Promover o registro de controle contábil de Administração Orçamentária, financeira e patrimonial do Município, preparar balancetes, balanços e demonstrativos de prestação de contas à Câmara Municipal.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento

- 1- Aquisição de equipamentos e material permanente para a secretaria de desenvolvimento.
- 2- Manutenção e desenvolvimento nas atividades do departamento de Água e Esgoto e aquisição de equipamentos e material permanente para as seções de manutenção e execução de obras e na seção de administração de pagamentos e cortes.
- 3- Manutenção e desenvolvimento nas atividades de departamento de planejamento e informática e aquisição de equipamentos e material permanente para as seções de projetos de engenharia e de serviços públicos, seção de projetos mobiliários, veículos, equipamentos, ferramentas, máquinas e implementos e setor de serviços.
- 4- Manutenção e desenvolvimento nas atividades do departamento de obras e aquisição de equipamentos e material permanente, para os setores de manutenção de obras públicas, seção de administração do cemitério e terminal rodoviário, setor de cadastros imobiliários e controle de edificações e seção de fiscalização e posturas.
- 5- Manutenção do departamento de indústria e comércio e aquisição de equipamentos e material permanente, e na manutenção da coordenação de desenvolvimento econômica e seção de incentivo ao comércio e indústrias.
- 6- Fiscalização das obras e serviços de engenharia, fiscalizar e fazer cumprir as normas referentes às construções particulares.
- 7- Manutenção da iluminação pública, conservar, pavimentar vias urbanas, conservar as obras públicas municipais.
- 8- Propor planos de expansão da rede de água e esgoto.
- 9- Realizar estudos e pesquisas para o planejamento das atividades do Governo Municipal.
- 10- Implementar a integração das atividades e dos programas do Governo Municipal.
- 11- Elaborar projetos e estudos que visem à captação de recursos perante as instituições públicas ou privadas.



- 12- Acompanhar a aplicação dos recursos programados, bem assim responsabilizar pelas prestações de contas de convênios.
- 13- Construir em parceria com os demais segmentos da administração municipal e da sociedade as políticas de desenvolvimento do Município.
- 14- Elaborar o Plano Plurianual de Investimentos.
- 15- Coordenar e executar as atividades, na área de informática.

Secretaria Municipal de Transporte e Transito Urbano

- 1- Aquisição de equipamentos e material permanente para a secretaria municipal de transporte e transito urbano.
- 2- Manutenção e desenvolvimento nas atividades da secretaria.
- 3- Manutenção e desenvolvimento nas atividades do setor operacional da guarda municipal, de organização de tráfego urbano, de administração de transporte e de manutenção de frotas e aquisição de equipamentos e material permanente.
- 4- Coordenar políticas municipais e diretrizes de transporte público, trânsito e tráfego, coordenar as atividades da Guarda Municipal.
- 5- Fomentar a participação da comunidade na formulação de políticas de colaboração na segurança pública.
- 6- Estabelecer as diretrizes da política municipal de transporte público, trânsito e tráfego.
- 7- Coordenar a elaboração do planejamento urbano.
- 8- Implantar e fazer cumprir as normas da política nacional de trânsito, maior eficiência ao transporte público municipal.
- 9- Implantar e gerir os programas que envolvam a geração de receitas para o sistema, estabelecer e administrar a política tarifária.
- 10- Estabelecer parcerias com órgãos municipais, estaduais e federais, organizações não governamentais nacionais e internacionais, objetivando o incremento de recursos financeiros e tecnológicos para melhor desempenho de suas atividades.
- 11- Fiscalizar segundo os parâmetros definidos, a operação e a exploração do transporte público de passageiros por ônibus, por táxi e por transportes especiais.
- 12- Implementação de planos e projetos referentes a loteamentos, conjuntos habitacionais, qualquer tipo de equipamento urbano.
- 13- Construção ou eventos, que possam vir a influenciar a fluidez do trânsito.

Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

- 1- Aquisição de equipamentos e material permanente para Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.
- 2- Manutenção e desenvolvimento nas atividades do departamento de educação, departamento cultura e turismo e departamento de esporte e lazer e aquisição de equipamentos e material permanente para as seções de acompanhamento pedagógico, modalidades especiais de ensino, cultura e turismo, seção de administração da biblioteca municipal e setor de esporte e lazer.
- 3- Execução de programas e campanhas de educação cultura.
- 4- Supervisionar a elaboração de currículo de ensino municipal.
- 5- Promover treinamento de servidores da educação.
- 6- Proporcionar serviços de assistência médico odontológico, junto às escolas municipais.
- 7- Difundir e estimular a cultura sob todos os aspectos inclusive do artesanato garimpense.
- 8- Proteger o patrimônio artístico e histórico do Município.



Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Gestão de Aterro Sanitários

- 1- Aquisição de equipamentos e material permanente para a secretaria municipal de serviços urbanos e gestão do aterro sanitário.
- 2- Manutenção e a conservação da limpeza das vias urbanas, serviços de varrição, limpeza de vias e logradouros públicos.
- 3- Conservação e a manutenção de parques, praças e jardins públicos, ajardinamento de vias e logradouros públicos.
- 4- Manutenção das atividades de funcionamento administrativa da secretaria.
- 5- Manutenção e conservação de limpeza das vias urbanas, varrição, limpeza de vias e logradouros públicos, coleta, transporte e disposição final do lixo, parques, praças e jardins públicos.
- 6- Aquisição de Material Permanente.

Secretaria Municipal de Agropecuária, Agroindústria e Meio Ambiente.

- 1-Cooperar com outras instituições públicas e privadas na consolidação da política agropecuária, agroindustrial e de meio ambiente.
- 2-Buscar a modernização do setor visando o desenvolvimento econômico-social e rural.
- 3-Estimular a produção agrícola, pecuária e agroindustrial.
- 4-Promover conhecimentos técnicos no meio rural, administrar os parques, o horto florestal e a horta municipal, elaborar calendário de atividades que contemple e divulgue agropecuário, elaborar programa de construção e conservação das estradas vicinais.
- 5-Fiscalizar cumprir as normas relativas á preservação ambiental.
- 6-Aquisição de Material Permanente.

Secretaria Municipal de Saúde

- 1-Manter serviços de assistência médica e odontológica nos postos de saúde do Município.
- 2-Atuar como órgão normativo de saúde municipal, manter convênios com o Estado e a União para a execução de programas da saúde pública.
- 3-Manter ações, necessárias à manutenção e à ampliação da Estrutura administrativa direta e indireta do município.
- 4-Atendimento de problemas de saúde com Atenção Básica, Média e Alta complexidade em hospitais, unidades básicas de saúde, ambulatórios e prontos socorros, com medidas preventivas, curativas e de reabilitação a saúde da população objetivando o desenvolvimento de políticas públicas de saúde, estratégias direcionadas a todas as pessoas da comunidade, como políticas que gerem oportunidades de acesso à saúde para todos, campanhas preventivas e outras.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

- 1- Compreende as ações desenvolvidas com o objetivo de planejamento, orçamento, sistemas de informação e diagnóstico de suporte a formulação de políticas de Assistência Social, bem como de coordenação supervisão, avaliação e divulgação a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com o auxílio do conselho Municipal de Assistência Social.
- 2-Compreende ações de caráter social desenvolvidas com o objetivo de amparar e proteger as pessoas em geral, individual ou coletivamente, em especial a população de baixa renda, através dos sistema descentralizado e participativo de assistência social.
- 3-Conjunto de ações de apoio ao migrante, á população adulta de rua, aos sem terra, ás famílias em situação de pobreza, através de programas de renda mínima familiar, abrigo, albergues, atendimento



social de rua, atendimento de necessidades emergenciais, plantão de apoio social, apoio sócio familiar e outras formas de atendimento.

4- Compreende um conjunto de ações do município que destinem a abrigar e assistir crianças e adolescentes destituídos de amparo familiar em decorrência de pobreza, negligência, morte de progenitores e outros fatores.

5-Conjunto de ações destinadas a manutenção de conselhos e centros de Assistência de destinados a amparar proteger pessoas portadoras de deficiências visando sua integração a sociedade.

6-Conjunto de ações necessárias à ampliação de órgãos e estrutura administrativa direta do Município, como albergues, casas de repouso asilos destinados a Pessoas Idosas.

7-Aquisição de Material Permanente

Fundação Municipal de Saúde

1-Manutenção das atividades da fundação.

2-Aquisição de Material Permanente da Fundação.

3-Atendimento médico hospitalar geral a comunidade.

Instituto de Previdência

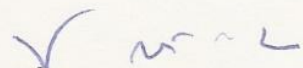
1-Manutenção das atividades da IPMCA.

2-Aquisição de Material Permanente da IPMCA.

3-Controlar, acompanhar e Administrar os recursos do IPMCA.

4-Providenciar e realizar os cálculos atuariais do IPMCA.

Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas, MG., 15 de julho de 2011.


JOSÉ RENATO DE SOUSA
PREFEITO MUNICIPAL